

Antaq autoriza nova tabela tarifária a partir de fevereiro

Cobrança será de acordo com o uso da infraestrutura aquaviária por tonelagem de porte bruto (TPB) do navio

JÓNIOR BATISTA
DIRETORIÃO

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) autorizou a entrada em vigor da nova tabela tarifária do Porto de Santos a partir de 1º de fevereiro. Há mudanças estruturais profundas na forma de cobrança das empresas que utilizam o Porto e o reajuste médio é de 13,19%. Segundo a Santos Port Authority (SPA), o aumento corrige parcialmente a defasagem na tabela, que vem desde 2019 (22,72%).

De acordo com a SPA, a proposta do novo modelo vem sendo trabalhada desde junho de 2019 e foi apresentada e debatida com representantes dos clientes do Porto, como terminais e agentes marítimos.

A principal alteração será a cobrança de acordo com o uso da infraestrutura aquaviária por tonelagem de porte bruto (TPB) do navio no lugar da quantidade de carga transportada na embarcação. Esse novo formato leva em consideração o porte, ou seja, o DWT.

Essas cobranças serão feitas em faixas algo, segundo o diretor de Desenvolvimento de Negócios e Regulação da SPA, Bruno Stuppello, semelhante às faixas do Imposto de Renda (IR). As classificações vão de até 20.000 DWT, cuja cobrança será de R\$ 3,14/DWT, até maior do que 140.000, com valor de R\$ 0,93/DWT.

"A mudança incentiva navios maiores, porque as faixas vão reduzindo conforme o porte bruto", diz Bruno Stuppello.

Outra modificação é com

relação à acostagem. Ela vai acontecer por tempo de permanência no berço, que deixará de ser cobrada por períodos de seis horas e passará a ser por cada hora.

A reestruturação vale para embarcações com graneis sólidos, líquidos, gerais sólidos, contêinerizados e navios de cruzeiro. De acordo com o diretor-presidente da Santos Port Authority (SPA), Fernando Biral, o tempo médio de acostagem no Porto é de dois dias.

Em dezembro, a Antaq havia homologado a alteração dos critérios de cobrança pelo uso dos serviços públicos no Porto de Santos, em atendimento à Resolução da Antaq nº 32, de maio de 2019, que dispõe sobre a estrutura tarifária padronizada das administrações portuárias e os procedimentos para reajuste e revisão das tarifas nos portos organizados.

Segundo os executivos, essas novas normas seguem padronização internacional, a exemplo do que acontece em outros portos pelo mundo, como Barcelona (Espanha), Hamburgo (Alemanha), Roterdã (Holanda), Singapura (Ásia) e Sidney (Austrália).

De acordo com a SPA, essas mudanças tarifárias também vão contemplar investimentos no valor de R\$ 936.337.671,00, com execução em até 36 meses e conclusão em até 84 meses.

"A reestruturação tarifária amplia a transparência, permitindo uma melhor percepção, pelos usuários, dos valores cobrados, e corrige distorções históricas para garantir isonomia



Novo modelo de cobrança também levará em consideração o tempo de permanência no berço

nos pagamentos à Autoridade Portuária, evitando subsídios cruzados entre as tipologias de cargas", afirma Fernando Biral.

DESCONTOS

Segundo a SPA, haverá, ainda, descontos de acordo com a frequência dos navios no Porto, para os de cabotagem e também para os "verdes", que sejam movidos a propulsão considerada limpa de acordo com o índice Environmental Ship Index (ESI), que identifica embarcações com melhor desempenho na redução das emissões atmosféricas, do que o exigido pelos padrões de emissão definidos pela Organização Marítima Internacional (IMO, na sigla em inglês).

Mudanças nos serviços terrestres

■ No caso da tabela pelos serviços terrestres, a principal mudança será no critério de cobrança. Os itens "tempo" e "área", que antes compunham a medida de arrecadação da chamada tabela II (utilização da infraestrutura terrestre), serão substituídos pela movimentação (tonelagem ou unidade de contêiner). Com tal alteração, a nova tabela terrestre passa ser a tabela III (infraterrestre).

"A partir de agora, o uso da estrutura terrestre vai depender do quanto essa movimentação demanda do Porto e o cliente vai pagar de acordo com o que utilizar", afirma Bruno Stuppello.

Alinda segundo a SPA, essa transformação na eficiência do Porto vai permitir uma economia de R\$ 238 milhões aos cofres públicos e a devolução de R\$ 10 milhões que serão entregues à União para investimentos pelo Governo Federal.